

PLANO DE ENSINO

FACULDADE: Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais	
CURSO: Direito	Período: 5.º
DISCIPLINA: Direito Constitucional (Ordem Econômica e Financeira)	Ano: 2019
CARGA HORÁRIA: 80 horas	PRÉ-REQUISITO: -

EMENTA

Do dever de prestar contas. Leis orçamentárias. Orçamentos. Tributação em sede constitucional. Considerações sobre a seguridade social, seu financiamento. Considerações sobre a ordem econômica e financeira. Prestação de serviços públicos. Política urbana, agrícola e fundiária, reforma agrária. Educação, Comunicação Social e Meio Ambiente.

OBJETIVOS

Adquirir competências e habilidades que levam o aluno a compreender o dever de prestar contas e seu nexos com os orçamentos e leis orçamentárias. Apresentar os princípios gerais regentes da formulação dos orçamentos e os que disciplinam a atividade tributária, financeira e econômica por parte do Estado. Apresentar e analisar o nexos entre a atividade orçamentária e a tributação.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Unidade I
Capítulo I
Do dever de prestar contas.
Controle externo e interno.
Função institucional do Congresso Nacional e dos Tribunais de Contas.
Crimes de responsabilidade.
Crimes contra as finanças públicas.
Capítulo II
Leis orçamentárias.
Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei Orçamentária Anual.
Prazo de envio dos projetos.
Prazo de vigência das leis orçamentárias.
Conteúdo das leis orçamentárias.

Capítulo III
Orçamentos.

Princípios aplicáveis e técnica de elaboração dos orçamentos.
Publicidade da execução orçamentária.
Divulgação dos orçamentos por meio eletrônico.

Unidade II

Capítulo I

Tributação em sede constitucional.
Princípio constitucional da repartição de competências tributárias.
Limitações constitucionais ao poder de tributar.
Imunidades e isenções.
Tributos e suas espécies.
Fatos geradores e bases de cálculo.
Contribuintes e responsáveis tributários.
Constituição do crédito tributário.
Lançamento.
Suspensão da exigibilidade do crédito tributário.
Extinção do crédito tributário.

Capítulo II

Seguridade Social em sede constitucional.
Contribuições Sociais.
Seguridade Social e seu financiamento.
Lei de Custeio e Lei de Benefícios.
Segurados e Beneficiários.
Benefícios devidos a segurados e beneficiários.

Unidade III

Capítulo I

Prestação de serviços públicos.
Taxas, fatos geradores.

Unidade IV

Capítulo I

Política urbana.
Aproveitamento adequado do solo urbano.
Plano diretor.
Função social da propriedade urbana.
Desapropriação de imóveis urbanos.
Usucapião especial constitucional urbana.

Capítulo II

Política agrícola e fundiária.
Função social da propriedade rural.
Aproveitamento adequado do solo rural.

Desapropriação para fins de reforma agrária.
Pequena e média propriedade rural, insuscetíveis de desapropriação para fins de reforma agrária.
Imunidades tributárias sobre as operações de transferência de imóveis desapropriados para fins de reforma agrária.
Reforma agrária.

Unidade V

Capítulo I

Educação

Princípios constitucionais atinentes à educação.

Acesso à educação como direito social.

Capítulo II

Comunicação Social e seu nexó com a proteção ambiental e proteção aos consumidores.

Diferença entre propaganda e publicidade.

Competência legislativa quanto à publicidade.

Proteção constitucional aos consumidores.

Capítulo III

Meio ambiente.

Ações de proteção ao meio ambiente. Legitimação ativa.

Estudo prévio de impacto ambiental.

Favorecimento constitucional em razão de baixo impacto ambiental, quanto a produtos e serviços e sua articulação com a ordem econômica.

Proteção ambiental e aos consumidores na ordem econômica.

METODOLOGIA DE ENSINO

Aula expositiva dialogada; seminários, atividades de pesquisa, trabalho em grupo; aula prática.

SISTEMA DE AVALIAÇÃO

1ª avaliação: 30 pontos

2ª avaliação: 30 pontos

3ª avaliação: 40 pontos

Exame Especial: 100 pontos

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MENDES. Gilmar Ferreira. BRANCO. Gustavo Gonet Branco. **Curso de Direito Constitucional.** Saraiva.

MOARES. Alexandre. **Curso de Direito Constitucional.** Atlas

SILVA. Jose Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo.** Malheiros.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BARROSO, Luís Roberto. A Nova Interpretação Constitucional: **Ponderação, Direitos Fundamentais e Relações Privadas.** Rio de Janeiro, 2003.

MELLO, Celso D. de Albuquerque. **Direito Constitucional Internacional:** Uma Introdução. 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2000.

MENDES, Gilmar Ferreira. **Jurisdição Constitucional.** 5 ed. São Paulo: Saraiva, 2005.